



Fernando Collor (D) preside reunião da Comissão de Relações Exteriores: na pauta, a ameaça do presidente paraguaio ao Brasil

Marcia Kalume/Agência Senado

Ameaça do Paraguai sobre energia de Itaipu divide base e oposição 5

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.711 – Brasília, sexta-feira, 10 de agosto de 2012



## Senadores divergem sobre proteção a rios temporários

Emenda à MP do Código Florestal que retira os rios intermitentes da condição de área de preservação permanente foi condenada por Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, enquanto Blairo Maggi disse que mudanças resultaram de acordo

Foto: Ronaci Rocha/CC



Rio passa ao lado de área de produção em Horizontes (RS): governo adia análise de MP temendo retrocesso

Aprovada na quarta-feira pela comissão mista que analisa a Medida Provisória do Código Florestal, a emenda foi classificada por Viana e Rollemberg como desastrosa para o meio ambiente e a agricultura. Para os senadores, houve radicalismo e “rolo compressor” da bancada ruralista, que tem maioria na comissão. Outra mudança que provocou polêmica foi a flexibilização de regras para o cômputo de APPs em reservas no Cerrado da Amazônia Legal. Defensor da alteração, Blairo disse que não há motivo para discussões, visto que a emenda seria resultado de acordo prévio. Para acalmar os ânimos e evitar retrocessos, governistas adiaram para o dia 28 reunião sobre a MP que estava marcada para ontem. 3

Organizações cobram adoção de mais políticas urbanas 4

Educadores debatem verbas federais no ensino básico 7

CPI do Cachoeira quer ouvir ex-segurança de Demóstenes 8

Rádio e TV Senado chegam ao Paraná em parceria com Tribunal de Justiça 2

Embaixadores indicados apontam renascimento da África 5

Projeto de lei sobre *couvert* artístico divide músicos e empresários 6

Cidinho Santos toma posse no Senado e promete defender o setor produtivo 4

Integração entre Casas legislativas é tema de debate no Interlegis 2

Rogério Ventura (Câmara), Haroldo Tajra (Interlegis), Heraldo Marine (Assembleia do Maranhão) e Doris Peixoto (Senado) durante palestra



Gerardo Magela/Agência Senado

Protocolo de intenções para transmissão em Curitiba e região metropolitana foi assinado ontem pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, primeiro órgão do Judiciário estadual a firmar parceria

## Paraná entra para a Rede Senado de Rádio e TV Digital

O TRIBUNAL DE Justiça do Paraná (TJ-PR) é o primeiro órgão estadual de Justiça no projeto de expansão da TV Senado e da Rádio Senado FM.

Como já foi feito por sete assembleias legislativas, ontem o TJ-PR assinou protocolo de intenções em que assume a responsabilidade pelo espaço para a instalação dos equipamentos, além de operação, guarda, limpeza e conservação do abrigo. O Senado, por sua vez, colocará à disposição uma subcanalização do canal 20 de televisão digital e equipamentos de retransmissão, para que o tribunal coloque no ar sua própria emissora.

O acordo prevê, ainda, a cessão de duas horas por dia da programação da Rádio Senado FM, na frequência 88,1 MHz, para transmissão de conteúdo institucional em Curitiba. A TV e a Rádio Senado transmitem ao vivo sessões plenárias, das comissões e divulgam atividades legislativas. A programação inclui noticiários, reportagens



Desembargador Kfourri Neto (3º à esq.) assina protocolo com Sarney (D), no Senado

especiais, programas culturais e peças institucionais. Hoje são seis emissoras de rádio e 14 de TV, sendo quatro digitais.

Participaram da cerimônia de ontem, em Brasília, o presidente do Senado, José Sarney, a diretora-geral, Doris Peixoto, e o presidente do TJ-PR, desembargador Miguel Kfourri Neto. Sarney disse que veículos de comunicação do Senado têm contribuído para a transparência das ações legislativas. Ele citou, além da rádio e da TV, a Agência Senado, o Alô Senado e o **Jornal do Senado**.

Sérgio Souza (PMDB-PR) observou que a TV Senado, que hoje pode ser vista no Paraná por meio de TV a cabo, estará disponível para toda a população de Curitiba e da região metropolitana.

Kfourri Neto agradeceu o empenho de Souza para a parceria e disse que é um privilégio ser o primeiro tribunal do país a firmar o acordo.

— Se não fosse o Senado, nosso tribunal não teria condições tecnológicas nem *know-how* para instalar nossa TV — observou o desembargador.

## Mostra lembra os dez anos do Código Civil

Foi aberta quarta-feira, no Salão Branco do Congresso, a exposição *Dez Anos de Código Civil*. A mostra faz parte de uma série de eventos para comemorar os dez anos de lançamento do texto legal (Lei 10.406/02).

Também foi lançada *Memória Legislativa do Código Civil*, publicação digital de Edilenice Passos e João Alberto Lima (Secretaria de Informação e Documentação do Senado), além de uma edição comemorativa do Código Civil (Edições Câmara) e o *Código Civil Brasileiro no Debate Parlamentar*, de José Theodoro Menk (Edições Câmara).

A exposição apresenta uma série de painéis com explicações sobre conceitos do



Edilenice Passos, autora de publicação sobre o código, fala na abertura da mostra

Código Civil, lei que disciplina as relações jurídicas no âmbito privado. Um dos painéis traz obras raras e antigas sobre a legislação civil brasileira.

O diretor-geral-adjunto do Senado, Walter Valente Júnior, elogiou o trabalho dos organizadores da exposição, inicia-

tiva da Câmara e do Senado.

Ainda na quarta-feira, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, seminário discutiu a primeira década do Código Civil, com a presença do ministro Moreira Alves, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

## Diretores discutem cooperação entre Casas legislativas

Reunidos ontem, no Interlegis, diretores-gerais e secretários-gerais de Casas legislativas discutiram formas de aumentar a integração e a cooperação entre as instituições.

No encontro, foi assinado termo de cooperação que poderá resultar na criação de um fórum específico para esses dirigentes — decisão que será tomada, por

videoconferência, em 14 de setembro.

Na abertura do 7º Encontro Nacional de Diretores-Gerais de Casas Legislativas e do 2º Encontro de Secretários-Gerais, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, ressaltou a necessidade que as instituições têm de “compatibilizar a diversidade das questões políticas com a busca da eficiência administrativa”.

— Em função da natureza representativa e colegiada do Poder Legislativo, sempre temos que lembrar que nossos chefes são tanto os parlamentares quanto a própria sociedade — salientou Doris.

Os encontros continuam hoje com discussão de temas como a Lei de Acesso à Informação (LAI), sistemas de compras, mudanças tecnológicas e gestão da qualidade.

## Ciro é o relator da reforma administrativa do Senado

O projeto de reforma administrativa do Senado será relatado na Mesa Diretora por **Ciro Nogueira** (PP-PI), disse ontem o presidente da Casa, José Sarney. Semana passada, Sarney disse que pretende concluir a reforma até fevereiro de 2013, quando termina a sua gestão.

Em abril, a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou tanto o substitutivo de **Benedito de Lira** (PP-AL) quanto o voto em separado de **Ricardo Ferraço** (PMDB-ES) ao projeto da reforma administrativa (PRS 96/09).

— Estamos tentando uma solução. Acredito que até o fim do ano vamos ver a matéria aprovada — disse Sarney.

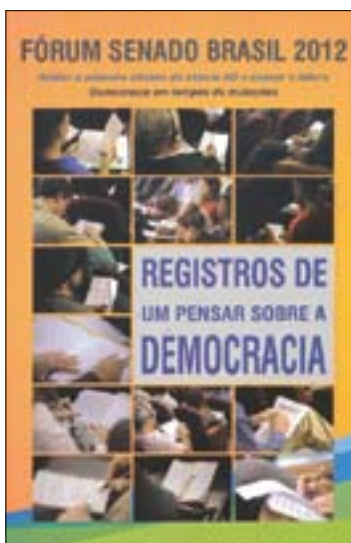
Já estão em curso a mudança e o fortalecimento institucional do Senado — nas palavras da diretora-geral, Doris Peixoto. Segunda-feira, a Casa recebeu 30 aprovados no concurso 2012 para o cargo de técnico legislativo. Em cerimônia na Secretaria de Recursos Humanos, eles somaram-se aos 18 que tomaram posse em 31 de julho.

Os recém-admitidos que fizeram prova para administração estão sendo lotados de acordo com as demandas. Técnicos de processo legislativo foram para a Secretaria-Geral da Mesa e também lotados nos setores que exigem a especialização para a qual concorreram.

## Livro registra palestras do Fórum Senado Brasil 2012

O Senado lançou um livro com sínteses das 11 palestras apresentadas por pensadores brasileiros e estrangeiros durante o Fórum Senado Brasil 2012, realizado em julho e agosto no Interlegis. Nas 200 páginas da publicação, há também reportagens sobre o seminário. Com 2 mil exemplares, o livro foi distribuído no dia da última palestra, terça-feira, e enviado a senadores e consultores da Casa. Ainda há exemplares para envio a assembleias legislativas e universidades parceiras ou para solicitação pela internet ([www.senado.gov.br/senado/forumsenado2012](http://www.senado.gov.br/senado/forumsenado2012)).

— A ideia é permitir que os temas sejam revisita-



dos, para que o Senado seja também um núcleo de reflexão, e não só uma Casa de decisões legislativas — disse o embaixador Jerônimo Moscardo, idealizador do fórum. Segundo ele, em breve será lançado um DVD com as palestras.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e comunicados.

#### CASAS LEGISLATIVAS: Encontro nacional

10h–15h Encerramento do 7º Encontro Nacional de Diretores-Gerais das Casas Legislativas e do 2º Encontro Nacional de Secretários-Gerais da Mesa das Casas Legislativas, no Interlegis.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Para Rollemberg, "é um tiro no coração da sustentabilidade"



"Foi o maior absurdo cometido contra o meio ambiente", afirma Viana



Blairo: não há razão para questionar, pois as mudanças foram acordadas



Rompimento de acordo causou acirramento de ânimos, diz Ana Amélia

# Fim da proteção a rios temporários é aprovada em meio a polêmica

Jorge Viana aponta radicalismo da maioria ruralista. Blairo alega ter havido acordo prévio em torno das mudanças

A APROVAÇÃO DE emenda à MP do Código Florestal (MP 571/12) que retira da condição de área de preservação permanente (APP) as margens de cursos d'água temporários foi uma decisão desastrosa e irresponsável, na avaliação dos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— Foi o maior absurdo cometido contra o meio ambiente — disse Viana, ao explicar que metade dos rios no Brasil são temporários e contribuem

para a manutenção dos rios permanentes.

Para Rollemberg, os rios intermitentes tendem a desaparecer caso se retire a proteção obrigatória de suas margens, o que terá graves impactos negativos sobre o potencial hídrico do país.

— É um tiro no coração da sustentabilidade da agricultura — alertou Rollemberg.

A emenda foi aprovada na quarta-feira pela comissão mista que analisa a MP. Para os senadores, houve radicalismos e "rolo compressor" da bancada ruralista, que tem maioria na comissão. Para acalmar os ânimos e evitar novas derrotas, o governo preferiu adiar o exame de outras emendas à MP.

## Polêmica

Na opinião de Viana, a mudança na regra para as APPs fere entendimentos anteriores, firmados quando da tramitação do projeto que deu origem ao novo Código Florestal (PLC 30/11).

— Não se trata de resolver o problema daqueles que desmataram, não se trata de passivo ambiental. Trata-se de desproteger áreas protegidas e já acordadas — afirmou Viana.

Já Ana Amélia (PP-RS) e Blairo Maggi (PR-MT) atribuem o acirramento de ânimos na comissão a um rompimento de acordo. O foco da polêmica seria a flexibilização de regra para cômputo das áreas de preservação permanente no

percentual mínimo obrigatório de reserva legal nas regiões de Cerrado da Amazônia Legal.

A mudança na regra foi incluída quando da votação do texto-base do relator da comissão mista, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), mas Rollemberg apresentou emenda para retirar a norma, por considerar que, na prática, reduz o mínimo exigido de reserva legal em propriedades localizadas no Cerrado da Amazônia Legal.

Defensor da flexibilização para o Cerrado amazônico, Blairo argumenta que as mudanças já haviam sido acordadas, não havendo razão para questionamentos. Rollemberg e Viana negam que tenha havido acordo nesse sentido.

## Governo teme retrocesso e adia exame da MP 571

"É uma espécie de freio de arrumação", disse o senador Jorge Viana para explicar a decisão do presidente da comissão mista que analisa a medida provisória do Código Florestal (MP 571/12), deputado Bohn Gass (PT-RS), de adiar para o dia 28 a reunião que estava marcada para ontem.

De acordo com Viana, emendas apresentadas pela Frente Parlamentar da Agropecuária, algumas já aprovadas na quarta-feira, preocupam o governo federal, que teme retrocesso nos acordos já firmados em torno do novo Código Florestal (Lei 12.651/12).

— Está tendo uma ação para danificar a medida provisória da presidenta. Decisões que já haviam sido tomadas no Senado, na Câmara e na

medida provisória agora estão sendo modificadas e isso é muito grave para o país. Vai se fazer uma espécie de freio de arrumação e o governo

resolveu endurecer — afirmou o senador.

A comissão mista já aprovou o texto-base do relator Luiz Henrique e agora analisa 37 emendas em separado. Cinco emendas foram votadas na reunião de quarta-feira, das quais quatro foram aprovadas: a que acaba com a necessidade de preservação permanente nos rios não perenes; a que suprime o conceito de área abandonada; a que retira a limitação para aplicação de pousio nas propriedades rurais; e a que acrescenta a definição de crédito de carbono ao novo Código Florestal.



Luiz Henrique é autor do texto-base, já aprovado pela comissão mista

### Emendas

| APROVADAS  |
|--|
| ▶ acaba com a necessidade de preservação permanente nos rios não perenes |
| ▶ suprime o conceito de área abandonada                                  |
| ▶ retira a limitação para aplicação de pousio nas propriedades rurais    |
| ▶ acrescenta a definição de crédito de carbono ao novo Código Florestal  |
| REJEITADA  |
| ▶ supressão do conceito de áreas úmidas                                  |

## Rollemberg: ação da bancada ruralista prejudica meio ambiente e agricultura

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que não houve concordância para a votação das quatro alterações na MP que promoveu ajustes no Código Florestal. Disse que, embora a bancada ruralista afirme que houve acordo, ele não foi procurado por ninguém do governo ou da bancada ruralista para negociação.

— O que parte da bancada ruralista mais radical está

fazendo nesse momento com a MP encaminhada pelo governo é uma completa desfiguração que vai ampliar o desmatamento e colocar em risco a sustentabilidade da própria agricultura brasileira — disse.

Ele classificou as votações como desastrosas para o futuro do país. E citou o caso dos rios intermitentes, frisando que precisam de proteção obrigatória, dada a sua fragilidade.

## Jorge Viana elogia plano do governo para prevenção a desastres naturais

O senador Jorge Viana (PT-AC) destacou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado pelo governo federal.

Ele lembrou que já presidiu uma comissão especial do Senado que tratou das questões dos desastres naturais e da defesa civil. Disse que, durante os trabalhos da comissão, o governo foi cobrado e o país, alertado sobre a necessidade

de investir mais em prevenção.

Jorge Viana lamentou que o Acre já tenha sofrido com as cheias e agora sofra com a seca. E alertou que é muito caro não prevenir.

— Para cada real que se deixa de gastar em prevenção, é preciso gastar sete nas ações de reconstrução — disse Viana, que pediu a aprovação do projeto que reorganiza o Sistema Nacional de Defesa Civil.

## Comissão debaterá uso de pesquisas na agropecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública sobre a integração entre pesquisa e extensão rural. Requerimento do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) com a proposta foi aprovado ontem pela comissão.

Na avaliação do senador, o tema merece discussão para que os produtores rurais sejam beneficiados com a pesquisa realizada no país. Moka ressaltou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realiza inúmeras pesquisas de ponta, porém não são levadas ao sistema de extensão rural.

A audiência, disse, apresentará sugestões para que os resultados das pesquisas sejam mais aproveitados pelos produtores rurais.

— É fundamental que se gere conhecimento, mas que esse conhecimento possa ir lá para a ponta através dos extensionistas rurais — argumentou.

Serão convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho; e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. Também participarão os presidentes da Embrapa, Pedro Arraes; do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa), Evair de Melo; e da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), Júlio Zoé.

Por sugestão de Ana Amélia (PP-RS), também será convidado o vice-presidente do setor de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, o ex-senador Osmar Dias.

Para a senadora, as políticas públicas de financiamento são importantes para a implantação de novas tecnologias agropecuárias.



Moka: resultados das pesquisas devem chegar aos produtores

Audiência na Comissão de Direitos Humanos debate os 11 anos do documento com representantes de organizações da sociedade civil

# Estatuto da Cidade sofre críticas sobre implementação das ações

APÓS 11 ANOS de existência, o Estatuto da Cidade ainda precisa implementar as ações e diretrizes previstas, para manter sua função social. Essa é a opinião da presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Bartíria da Costa, que ontem participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos.

Bartíria ressaltou que muitas conquistas podem ser comemoradas, como a ampliação dos espaços de participação popular. Alertou, no entanto, que o cidadão ainda enfrenta problemas como a falta de acesso à terra, que possui valor muito elevado nos centros urbanos. Segundo ela, isso é fator determinante para a segregação populacional e o aumento da desigualdade social porque impede a população de ter moradia de qualidade.

— Como é que você tem uma lei tão importante, que estabelece diretrizes gerais para a política urbana, e você vê essa



Senador Paulo Davim (C) ouve Bartíria da Costa (2ª à esq.) lamentar que cidadãos enfrentam problema de acesso à terra

desigualdade? — questionou Bartíria.

## Gestão democrática

De acordo com a ativista, a gestão democrática — um dos instrumentos previstos no estatuto — ainda não é uma realidade porque conselhos não são implantados nos estados.

— Não valorizam isso, não dão a mínima importância para que esses conselhos sejam constituídos. Não dão importância a esse instrumento

da gestão do ordenamento da cidade, que deveria dar. Então, ainda é preciso ter uma pressão dos movimentos para aplicar os planos — alertou a presidente da Conam.

Na mesma linha, a representante do Comitê Técnico de Habitação da União Nacional por Moradia Popular, Neide de Jesus Carvalho, afirmou que falta iniciativa dos governos municipais para romper com o setor empresarial e aplicar de fato as ferramentas do estatuto que, em sua opinião,

democratizam as cidades.

Ela criticou a ação do governo federal no Programa Minha Casa, Minha Vida, que, segundo ela, “não tem incentivado a compra de moradias por pessoas de baixa renda”.

— O estatuto prevê que o Estado brasileiro deve ser dividido de forma igual, não havendo distinção entre ricos e pobres. Prevê o acesso igualitário a serviços de qualidade, mas é preciso ter sensibilidade e coragem para implementá-lo — afirmou Neide.

## Resultados dependem de política nacional, segundo instituto

Para o representante da equipe técnica do Instituto Pólis, Nelson Saule Júnior, é impossível implementar de forma isolada o estatuto nos municípios. Saule disse que é preciso estabelecer um pacto com o Estado, para estimular o desenvolvimento desses

territórios. Ele considera necessário criar um sistema nacional de desenvolvimento urbano e pensar em planejamentos baseados em políticas nacionais integradas.

— Temos que pensar no desenvolvimento, no meio ambiente e na dignidade da

pessoa humana — disse Saule.

Para Paulo Davim (PV-RN), que presidiu a reunião, o país tem avançado nas políticas sociais, mas ele considerou a falta de conhecimento como o principal desafio para que o Estatuto das Cidades seja implementado nos conselhos

municipais, porque impede a sociedade de cobrar mais atitude do governo.

— Num país com disparidades, ainda nos deparamos com dificuldades de acesso à informação. Os avanços demandam tempo e mobilização — afirmou o senador.

## Ceará poderá ter empréstimo de até US\$ 100 milhões

O Plenário aprovou terça-feira autorizações de empréstimos para o Ceará e os municípios de Blumenau (SC) e Colatina (ES). As matérias haviam sido aprovadas no mesmo dia na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 36/12 autoriza o Ceará a contratar crédito no Banco Mundial de até US\$ 100 milhões. Já o PRS 37/12 permite a Blumenau realizar empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de até US\$ 59 milhões. O PRS 38/12 autoriza Colatina a contratar crédito no BID de até US\$ 11 milhões.

Também foi aprovado projeto de decreto legislativo (PDS 191/12) sobre acordo entre Brasil e Guiné Equatorial que trata de atividade remunerada de dependentes do corpo diplomático.

### Empréstimos

Na sessão de terça-feira, o Senado autorizou o Ceará e os municípios de Blumenau e Colatina a realizarem empréstimo externo

**PRS 36/12** US\$ 100 milhões  
destino: **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável São José 3** (Ceará)

**PRS 37/12** US\$ 59 milhões  
destino: **Programa Mobilidade Sustentável** (Blumenau-SC)

**PRS 38/12** US\$ 11 milhões  
destino: **Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental, no âmbito da iniciativa Procidades** (Colatina-ES)

### Lúcia Vânia: agências impedidas de regular mercado



Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que as agências reguladoras “estão numa encruzilhada”, visto que o governo, em vez de permitir que elas exerçam a função de regular mercados, passou a desmontá-las e a usá-las como “cabides de emprego” para acomodar aliados.

— O resultado aí está: greves, de um lado, e incapacidade técnica e falta de comando, de outro. Ou será que, no caso da telefonia, só agora a Anatel notou que o sistema não está funcionando porque as vendas estão muito acima da capacidade instalada? — indagou.

### Randolfe cobra redução de tarifas aéreas



Randolfe Rodrigues (PSOL-PA) cobrou medidas do governo para reduzir os preços das passagens nos voos da região amazônica.

— É um absurdo uma passagem, por exemplo, de Macapá para Belém, de meia hora de voo, custar de R\$ 1.000 a R\$ 1.200 em nome da lei da oferta e da procura — disse.

Ele informou a aprovação de requerimento seu, de João Capiberibe (PSB-AP) e de Jorge Viana (PT-AC), na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para realização de audiência sobre o tema.

### Pinheiro elogia medida que estimula economia



Walter Pinheiro (PT-BA), ressaltou a importância da aprovação da MP 563/12 para impulsionar a economia. Disse esperar que as medidas se somem a uma série de empreendimentos que estão sendo feitos em Salvador, como a instalação de uma montadora de automóveis e as obras para a Copa de 2014.

— A Copa é passageira. Deve durar 30 dias no Brasil. Depois teremos os 365 dias todos os anos. Os equipamentos devem ser consolidados para essa gente que transita os 365 dias de todos os anos. A Copa se vai, mas a vida fica — disse.

### Anibal faz balanço positivo das votações da semana



Anibal Diniz (PT-AC) fez balanço do esforço concentrado do Senado, que, disse, teve um resultado “altamente produtivo”.

Entre as matérias relevantes aprovadas, Anibal destacou a medida provisória (MP 563/12) de incentivo ao crescimento econômico e a proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09) que torna obrigatório o diploma de jornalismo para exercício da profissão. Anibal ressaltou ainda o projeto (PLC 180/08) que destina 50% das vagas das universidades públicas para alunos que tenham feito ensino médio em escola igualmente pública.

### Inácio comemora êxito de esforço concentrado



Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou o trabalho dos senadores nesta semana de esforço concentrado, com aprovação de propostas como a PEC 82/11, que dá autonomia administrativa e funcional às defensorias públicas da União e do Distrito Federal, e o PLC 180/08, que institui cotas em universidades federais. O senador ressaltou a importância de o Plenário ter aprovado a recondução de Magda Chambriard ao cargo de diretora-geral da ANP e a aprovação das medidas provisórias 563/12 e 564/12, que têm o objetivo, disse ele, de promover a economia.

### Cidinho Santos toma posse na vaga de Blairo



Tomou posse ontem o senador Cidinho Santos (PR-MT), suplente de Blairo Maggi. Ele ocupará até dezembro a cadeira do titular, que se licenciou por 130 dias para tratamento de saúde e interesses particulares. Em seu primeiro discurso, prometeu defender o setor produtivo, desde o pequeno produtor até os grandes agricultores.

Cidinho lembrou a contribuição de Mato Grosso para a economia. Segundo o senador, o superávit de mais de R\$ 13 bilhões no primeiro semestre deve ser levado em conta na distribuição dos recursos federais.

Presidente paraguaio anunciou que não quer mais “ceder” energia ao Brasil; oposição vê problema, mas base diz que medida não é oficial

# Senadores discutem ameaça do Paraguai sobre energia de Itaipu

O ANÚNCIO FEITO pelo presidente do Paraguai, Federico Franco, de que não está mais disposto a “ceder” ao Brasil a parcela paraguaia de energia produzida pela Hidrelétrica de Itaipu foi tema de debate ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Enquanto os senadores da oposição alertaram para os riscos da suspensão, os governistas ressaltaram que nenhuma medida oficial foi adotada pelo Paraguai.

Anteontem, ao expor os principais objetivos de um projeto de lei sobre política energética, Franco afirmou que tinha como meta o aumento do consumo da energia de Itaipu no próprio Paraguai, por meio da industrialização, e lamentou que seu país esteja apenas “cedendo” energia: “Nem sequer estamos vendendo ao Brasil”.

Na opinião do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), a declaração pode ser considerada uma represália do novo governo paraguaio ao Brasil e à



Hidrelétrica binacional de Itaipu: presidente do Paraguai ameaça parar de vender parte de energia do país para o Brasil

Argentina, que optaram pelo afastamento temporário do Paraguai do Mercosul, em virtude do rápido *impeachment* do ex-presidente Fernando Lugo.

— A medida poderá ser inócua, uma vez que o Paraguai não teria o que fazer com toda essa energia. Os prejuízos para nós serão incalculáveis, mas também o serão para o Paraguai. Eles alegam que vão aumentar o seu parque industrial, mas precisariam de no mínimo dez anos para usar esse excedente — afirmou Cyro.

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) lembrou que o Brasil é dependente de países vizinhos em matéria de energia. Citou a compra de gás da Bolívia e de energia elétrica e petróleo da Venezuela.

— Quando se confunde o interesse nacional com o interesse político e ideológico de quem está no governo, estamos brincando com fogo — alertou.

O presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL), lembrou que a notícia da suspensão da

venda de parte da energia de Itaipu não foi confirmada oficialmente e que o Brasil vem financiando a construção de uma linha de transmissão de energia da hidrelétrica a Assunção.

Collor ressaltou ainda que se encontra em vigência até 2023, segundo o Tratado de Itaipu, o dispositivo que determina a venda ao Brasil da energia produzida pela usina que não seja utilizada pelo Paraguai — que tem direito a metade da energia de Itaipu.

## Compra de votos compromete a democracia, diz Souza

Waldemir Barreto/Agência Senado



Sérgio Souza (PMDB-PR) disse ontem que a compra de votos é uma das práticas

mais prejudiciais à democracia e deve ser extirpada da vida política nacional.

Ele lembrou que esse tema tem sido muito debatido porque se trata da tese de acusação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, no julgamento do mensalão, no Supremo Tribunal Federal. A defesa alega a prática de caixa dois de campanha. Ambas as teses, na avaliação de Souza, apontam para crimes que atentam de forma emblemática contra a consolidação da democracia.

Para o senador, que defende o financiamento público de campanha, o *marketing* político tem grande impacto sobre o eleitor adepto do voto circunstancial. Souza disse que o eleitor pode extinguir a compra de votos ao escolher candidatos dignos, corretos e probos.

### Aloysio culpa governo pelo prejuízo de R\$ 1,3 bi da Petrobras



Aloysio Nunes (PSDB-SP) criticou o governo pelo resultado da Petrobras no segundo trimestre — prejuízo de R\$ 1,3 bilhão. Ele culpou interferências.

— Não que o governo não deva influir. É claro que deve. É o acionista majoritário. Mas esse tipo de influência, que se traduz numa falta de visão estratégica, inépcia gerencial, ingerência política e aparelhamento da empresa por partidos e grupos políticos, incide sobre as operações e os resultados da empresa.

### Ferraço defende redução no preço da energia elétrica



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que o custo da energia no Brasil é “absurdo e injustificável” e prejudica a indústria nacional.

O senador disse que essa discussão vem ganhando repercussão, pois é importante para o cidadão, para a indústria e para a economia.

— Quando a economia vai bem, gera oportunidade. E oportunidade gera honra.

Ferraço disse que vê “com bons olhos” a intenção do governo de diminuir o custo da energia.

### Para Agripino, modelo econômico de Dilma é superado



O senador José Agripino (DEM-RN) criticou o modelo econômico dos governos Lula e Dilma — “superado, vencido e ineficaz”.

— Ou o governo faz o que a Europa vem fazendo para conter o gasto público, apertar o cinto, cortar na própria carne, ou entrará em descrédito dentro e fora do país.

Agripino afirmou que a dívida interna remunera a maior taxa de juros do mundo, produz rombos no Orçamento e provoca indisponibilidade de verbas para infraestrutura.

### Pimentel afirma que rumo da economia nacional está correto



José Pimentel (PT-CE) recordou que há cinco anos

houve o prenúncio da crise que abalaria as economias mundiais em 2008 e 2009.

Ele avaliou a posição do Brasil nesse período, creditando aos governos Lula e Dilma o bom comportamento da economia brasileira em tempos desfavoráveis.

Para o senador, o Brasil naquele momento tomou o rumo correto para arrefecer a crise mundial: aumentou o crédito e estimulou o consumo.

### Governo não sabe administrar greves, afirma Alvaro



Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o “ostensivo descaso”

do governo federal com os movimentos grevistas, que já levaram à paralisação de 300 mil dos 573 mil servidores federais.

Segundo ele, o tratamento que o governo dispensa aos grevistas contrasta com sua posição no passado, quando “o PT capitaneava e apoiava todo e qualquer movimento grevista”.

— Os que hoje governam aprenderam a fazer greves, e não a administrá-las.

### Ana Amélia: governo e grevistas precisam se lembrar da população

Ana Amélia (PP-RS) lamentou os prejuízos à população causados pelas greves do funcionalismo federal.

A senadora lembrou que os servidores não aceitam as propostas do governo — que, por sua vez, afirma que a crise internacional impede promessas de aumento salarial.

— É preciso haver diálogo para que a população brasileira não sofra com a posição de intransigência de parte a parte. É preciso boa vontade do governo para que, respeitosamente, os líderes da mobilização no setor público tenham uma interlocução madura.

## Diplomatas veem renascimento africano

As oportunidades de participação do Brasil no desenvolvimento econômico e social da África foram ressaltados pelos futuros embaixadores brasileiros na Nigéria e em Camarões.

Eles falaram ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Suas indicações foram aprovadas pela comissão e agora serão submetidas ao Plenário.

O ministro João André Pinto

Dias Lima, indicado para a Nigéria, classificou de promissoras as perspectivas da África. Entre as dez economias que mais crescem no mundo, exemplificou, seis estão na África. Em 2050, prosseguiu, a população africana poderá alcançar 2 bilhões de pessoas.

— Já se fala de um renascimento africano. Esse pode ser o início de um processo semelhante ao que a Ásia

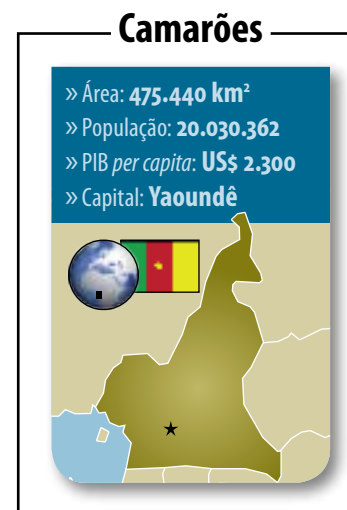
experimentou há 30 anos.

Indicado para Camarões, o ministro Nei Futuro Bitencourt afirmou:

— O país tem riquezas minerais importantes, como o petróleo, mas enfrenta os desafios do desenvolvimento e do combate à pobreza. Conhecemos esses desafios, o que faz com que tantos países africanos tenham interesse pelo Brasil.



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

# Couvert artístico divide músicos e empresários

Enquanto entidade de restaurantes defende que no máximo 80% do valor cobrado dos clientes seja pago aos artistas, músicos pedem pelo menos 90%; Senado analisa projeto que estabelece regras

ARTISTAS E EMPRESÁRIOS estão dispostos a negociar uma proposta de consenso para a cobrança de *couvert* artístico em bares e restaurantes que ofereçam música ao vivo. Isso ficou demonstrado na audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o projeto que fixa regras para a taxa e o repasse aos músicos (PLC 246/09).

— É preciso que o empresário tome conhecimento do valor que a música representa. Se uma parte tem mais a ceder é a de donos de bares e restaurantes. O músico é o elo mais fraco da corrente — disse Jorge Luiz Ferreira, representante da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

A remuneração de músicos pode ser feita por cachê ou *couvert* artístico. Nesta última hipótese, Ferreira defende o repasse máximo ao músico de 80% do *couvert* arrecadado. Os outros 20% cobririam som,

direitos autorais e divulgação.

Anjo Caldas, do Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado do Rio de Janeiro, reivindicou repasse mínimo de 90%. Ele observou que, por vezes, o músico leva seu próprio equipamento.

— O músico não consegue ter controle do *couvert* e fica à mercê da boa-fé do empresário, acreditando que o valor repassado foi realmente o arrecadado. O músico não acha que o empresário é desonesto. O problema é que não temos esse controle — argumentou.

A discussão sobre o *couvert* artístico não pode deixar de fora o consumidor, avaliou o presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo, Nelson de Abreu Pinto.

O empresário sugeriu a oferta de incentivos fiscais ao setor para estimular a contratação de músicos.



Músico se apresenta em restaurante: controvérsia sobre pagamento

## Marta: não prejudicaremos nenhum dos lados



Marta, relatora do projeto sobre *couvert*: "temos de ser cuidadosos"

Marta Suplicy (PT-SP) ainda busca subsídios para concluir o parecer sobre o projeto que disciplina a cobrança do *couvert* artístico e o repasse para músicos que se apresentam em bares e restaurantes.

— Temos que ser cuidadosos para não restringir o trabalho do músico nem criar dificuldades para o pequeno comerciante — afirmou Marta.

A proposta impõe condições ao estabelecimento para a cobrança do *couvert* artístico:

formalização de contrato de trabalho com o músico, oferta de música ao vivo por um período mínimo durante a permanência do cliente e informação clara, no cardápio, sobre esse adicional.

Quanto à remuneração do músico, possibilita a negociação de cachê ou o repasse integral do *couvert* cobrado dos clientes. Se esta última hipótese for a adotada, o local deve permitir que o músico confira as notas de cobrança.

## Rio 2016 precisa ver êxitos de Londres 2012, diz Souza

Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu uma reflexão sobre as Olimpíadas de 2012, em Londres, e a de 2016, no Rio.

O senador informou que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou um requerimento de

sua autoria para a realização de audiência pública sobre a participação brasileira em Londres e as perspectivas para os Jogos no Rio.

Para Souza, é preciso saber quais são os desafios e os obstáculos para a gestão esportiva do país e o que as

práticas mais vitoriosas nas Olimpíadas podem ensinar para outros esportes com menos conquistas.

— A ideia é auxiliar o desenvolvimento do esporte brasileiro, aproveitando a realização dos Jogos no país — disse o senador.

## José Sarney lembra centenário de nascimento do jornalista Octavio Frias

José Sarney (PMDB-AP) prestou ontem homenagem ao jornalista Octavio Frias de Oliveira, proprietário fundador do Grupo Folha, do jornal *Folha de S. Paulo*, em razão do centenário de seu nascimento, celebrado em 5 de agosto. O senador classificou Frias como um profissional com papel fundamental na história do jornalismo brasileiro e que deve agora estar ao lado de grandes nomes da imprensa nacional, como José do Patrocínio, Carlos Castello Branco, Evaristo da Veiga e Joaquim Serra. Octavio Frias morreu em 2007, vítima de insuficiência renal.

Sarney disse que conheceu Octavio Frias em 1967, quando governava o Maranhão e foi entrevistado pela *Folha* para um suplemento de educação sobre projeto de construção de escolas que havia implantado no estado. Sarney disse que a empatia entre os dois foi imediata e, a partir daí, surgiu uma relação de amizade que duraria quase 50 anos.

— Nem os caminhos desencontrados conseguiram nos afastar. Nunca discutimos, sempre perguntamos. Esse vínculo passou à sua família, filhos e filhas.

O talento e a visão de futuro de Octavio Frias foram citados como motivadores para criação e consolidação da *Folha de S. Paulo* como um jornal de vanguarda. Para Sarney, por vários anos colaborador da *Folha* com uma coluna semanal, a figura do jornalista foi predominante na imprensa brasileira, não somente como testemunha, "mas como protagonista da revolução da modernidade", com todos os avanços tecnológicos ocorridos nas comunicações nas últimas décadas.

Sarney destacou ainda que Frias foi um homem despojado, austero no modo de vestir e falar e em seus hábitos. E, apesar de ser dono de um império de comunicação, nunca colocou um pedaço desse império a serviço de sua vaidade pessoal.

— É difícil encontrar alguém que tenha sido tão firme em suas convicções de liberdade, de direitos humanos, de respeito à coisa pública, de coragem na hora de decidir, de enfrentar todas as iras para manter-se fiel ao seu patriotismo, à sua consciência, à sua missão de jornalista, que ele considerava a missão de informar — elogiou o senador.



O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Felix Fischer (E) e Gilson Dipp (C). Foi entregue

a ele convite para a posse de Fischer, atual vice-presidente, na Presidência do tribunal. A cerimônia está marcada para o dia 31. Sarney disse que comparecerá.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Suplicy defende aumento real para aposentados



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem ser preciso um aumento real para quem recebe aposentadoria maior que um salário mínimo.

— Somente assim poderemos garantir aos aposentados uma vida com mais qualidade — disse o senador.

Segundo Suplicy, há cerca de cem projetos sobre o assunto em tramitação no Congresso. Ele destacou o PLS 58/03, que trata da atualização dos valores pagos a aposentados e pensionistas, e o PLS 296/03, que acaba com o fator previdenciário. Ambos estão na Câmara dos Deputados desde 2008.

O senador reconheceu que a valorização do salário mínimo, pago à maioria dos aposentados, incentiva o movimento da economia, mas registrou que a diferença de valorização chega a mais de 70% a favor do salário mínimo, em relação àqueles que recebem valor maior na aposentadoria, cujos vencimentos tiveram pouco ou nenhum ganho real nos últimos anos.

## Wellington saúda Dia Mundial dos Povos Indígenas



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Dia Mundial dos Povos Indígenas, comemorado ontem, foi saudado por Wellington Dias (PT-PI).

Ele informou que a ênfase das Nações Unidas para a data, este ano, está no uso da comunicação para o entendimento e o respeito à diversidade. O senador citou mensagem do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, segundo a qual a mídia e as redes sociais são importantes ferramentas para disseminar história, cultura e valores dos povos indígenas, combatendo séculos de injustiça e discriminação.

Wellington pediu que a Advocacia-Geral da União reconsidere a Portaria 333/12, que regulamenta a atuação de advogados e procuradores da União em processos judiciais que envolvem demarcação de áreas indígenas. A portaria, editada em julho e suspensa até setembro, para que as comunidades indígenas sejam ouvidas, estabelece as salvaguardas definidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Educadores debatem proposta de Cristovam Buarque, conforme carta enviada à presidente Dilma Rousseff, para que melhorias no setor comecem com federalização do ensino básico em 200 cidades



José Cruz/Agência Senado

Sérgio Salustiano, Marcelo Gomes, Márcio Holland, Cristovam Buarque, Fernando Rezende e Binho Marques na audiência

## Audiência discute recursos federais na educação básica

PROPOSTA DE CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) de federalização da educação básica como ponto de partida para melhoria no setor foi debatida ontem em audiência pública na Comissão de Educação (CE). Em carta à presidente Dilma Rousseff, o senador defendeu que se comece uma revolução educacional em 200 cidades pré-selecionadas, com escolas federalizadas.

O secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Binho Marques, afirmou que reformas educacionais no mundo tentam superar a dicotomia centralização-descentralização. Os caminhos para isso, disse, passam pela ampliação dos mecanismos de escolha dos gestores, descentralização

da gestão e centralização do poder de definir parâmetros de qualidade, currículo e avaliação do sistema. Para acelerar os resultados, o secretário defendeu uma política redistributiva; a criação de instrumentos para fortalecer a gestão municipal e a coordenação estadual; o incentivo à formação de consórcios e arranjos; e a utilização do Plano Nacional de Educação.

O professor Fernando Rezende, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, disse que o debate sobre mudanças nas regras do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e da repartição dos royalties do petróleo é a oportunidade para equalizar a situação dos estados.

Dois representantes do Tribunal de Contas da União — Sérgio Salustiano e Marcelo Gomes — apresentaram análises feitas pela corte sobre a eficácia dos gastos federais. Um dado preocupou Ana Amélia (PP-RS): 4.336 convênios e transferências diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não tiveram prestação de contas no exercício de 2010, e 17.760 prestações de contas não foram avaliadas.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, mostrou o impacto da educação no desenvolvimento econômico e disse que os investimentos devem levar em conta a diversidade regional e as mudanças demográficas.

## Paim celebra aprovação do projeto de cotas

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação do projeto de lei que institui política de cotas de 50% em universidades federais para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas (PLC 180/08).

Nessa cota mínima de 50%, haverá distribuição entre

negros, pardos e indígenas, proporcional à composição da população em cada estado.

— A universidade pública tem que ser para todos, mas a lógica se inverte. Quem estuda na escola pública se vê obrigado a ir para universidade privada, e quem estuda em escola particular consegue

vaga na universidade pública — disse o senador.

Paim lembrou que o texto aprovado é uma fusão de vários projetos que já abordavam o tema e agradeceu a todas as pessoas que se empenharam para essa conquista histórica. Ele mencionou países que já adotam o sistema de cotas, como México, Estados Unidos, Índia e Colômbia.

## Benedito propõe sistema que agiliza busca de desaparecidos



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador Benedito de Lira (PP-AL) anunciou projeto de sua autoria para combater o desaparecimento de crianças e adolescentes. A proposta (PLS 243/12), que cria o Sistema Orquestrado de Socorro, obriga as empresas de telefonia a enviar mensagens para os celulares num raio de 500 quilômetros ao redor do local de registro do desaparecimento. A ideia é reduzir o tempo de acionamento das autoridades para iniciar a busca de desaparecidos e, assim, aumentar as chances de encontrá-los.

No Brasil, segundo Benedito, 40 mil jovens e crianças desaparecem todos os anos. Os principais motivos são fuga do lar e sequestro por organizações criminosas ou pela mãe ou pai.

## Marta: restrição à propaganda de alimento para crianças

Marta Suplicy (PT-SP) defendeu uma legislação mais severa na regulamentação de publicidade de alimentos para crianças, principalmente nos programas infantis. A senadora ressaltou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que constatou um aumento de 200% no índice de obesidade de crianças entre 5 e 9 anos nos últimos anos.

Para a senadora, uma das causas do aumento da obesidade é a influência da mídia.

Marta afirmou que o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), órgão gerido pelas agências de publicidade, “até faz razoavelmente seu trabalho”. Mas, disse, as pressões de um mercado de R\$ 130 bilhões são grandes.

## Ana Rita sugere melhorias na Lei Maria da Penha



Waldemir Barreto/Agência Senado

Relatora da CPI mista da Violência contra a Mulher, Ana Rita (PT-ES) fez uma análise da aplicação da Lei Maria da Penha, cujos seis anos foram comemorados terça-feira. A senadora disse que, em audiências feitas pelo país, identificou pontos a serem melhorados.

Um dos pontos, disse ela, é a destinação de recursos para aplicação da lei. O governo federal destinou desde 2007 cerca de R\$ 132 milhões a ações de enfrentamento à violência, mas não houve contrapartida dos estados.

Os tribunais de Justiça, argumentou Ana Rita, também precisam investir em juizados especiais. Ela informou que, em todo o país, existem apenas 60 desses órgãos, a maioria nas capitais. A senadora acrescentou que institutos médico-legais têm estrutura sucateada e profissionais sem qualificação. Já as casas-abrigo, sem manutenção e com equipes incompletas, não estão cumprindo a missão de atender as vítimas.

## Amorim: Lei Maria da Penha é avanço da sociedade

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse quarta-feira que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) representa um grande avanço para a sociedade brasileira.

— A lei é considerada uma das mais avançadas do mundo e o principal instrumento de defesa das mulheres no Brasil — declarou.

O senador aplaudiu também a decisão da Advocacia-Geral da União para que os agressores não respondam apenas criminalmente, mas também tenham de ressarcir o INSS nos casos em que a mulher tiver de receber pensões ou licenças médicas por conta das agressões.

Amorim informou que, no último semestre, o número de denúncias sobre agressões a mulheres dobrou, uma vez que elas vêm ganhando mais conhecimento e informação.

O senador informou que o Ministério da Justiça destinará R\$ 31 milhões aos estados para ações de combate à violência praticada contra a mulher.

# CPI do Cachoeira convoca antigo segurança de Demóstenes para depor

Hrillner Ananias trabalhou para ex-senador por sete anos; na quarta, também serão ouvidos policial aposentado, empresária e ex-presidente do Detran-GO

pela publicação da revista, Roberto Civita; o procurador-geral da República, Roberto Gurgel; o ex-governador de Goiás Iris Rezende; e o atual, Marconi Perillo, para um segundo depoimento.

A CPI DO Cachoeira — que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos, governos e empresas — definiu seus próximos quatro depoimentos: Hrillner Braga Ananias, ex-segurança do ex-senador Demóstenes Torres; o policial aposentado Aredes Correia Pires; o ex-presidente do Departamento de Trânsito (Detran) de Goiás Edivaldo Cardoso de Paula; e a empresária Rosely Pantoja.

Os depoimentos estão marcados para a quarta-feira. No dia anterior, a comissão vai se reunir para votar requerimentos de convocação de outras pessoas. Estão na pauta pedidos para que sejam ouvidos o jornalista da revista *Veja* Policarpo Junior; o presidente do grupo editorial Abril, responsável

**Escutas telefônicas**  
Ex-segurança do senador Demóstenes Torres, que

**Depoimentos**

**JÁ CONVOCADOS**

- **Hrillner Braga Ananias**, ex-segurança do ex-senador Demóstenes Torres
- **Aredes Correia Pires**, policial aposentado
- **Edivaldo Cardoso de Paula**, ex-presidente do Departamento de Trânsito (Detran) de Goiás
- **Rosely Pantoja**, empresária

**EM ANÁLISE**

- **Policarpo Junior**, jornalista da revista *Veja*
- **Roberto Civita**, presidente do grupo editorial Abril, responsável pela publicação da *Veja*
- **Roberto Gurgel**, procurador-geral da República
- **Iris Rezende**, ex-governador de Goiás
- **Marconi Perillo**, governador de Goiás

perdeu o mandato depois de ter sido acusado de envolvimento com o grupo de Carlinhos Cachoeira, Hrillner Ananias teve o nome citado em ligações telefônicas captadas pela Polícia Federal durante as investigações da Operação Monte Carlo, que resultou na prisão do contraventor goiano.

Foram quase sete anos de assessoramento ao parlamentar cassado e, na opinião do senador Pedro Taques (PDT-MT), autor do requerimento que resultou na convocação de Hrillner Ananias, ele poderia prestar esclarecimentos relevantes à comissão.

Aredes Correia Pires é delegado aposentado da Polícia Civil e ex-corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

De acordo com a Polícia Federal, ele recebeu um dos aparelhos de rádio Nextel distribuídos pelo contraventor na tentativa de evitar grampos.

Rosely Pantoja é sócia da Alberto & Pantoja Construções, empresa tida pela Polícia

Federal como integrante do esquema do contraventor. O primeiro depoimento dela na comissão estava marcado para 3 de julho, mas na época não foi localizada.

De acordo com a Polícia Federal, a Alberto & Pantoja é uma empresa de fachada de Carlinhos Cachoeira para lavar dinheiro da empreiteira Delta.

## Detran

Edivaldo Cardoso de Paula aparece em gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal garantindo o repasse de verbas do governo de Goiás para uma das empresas de Cachoeira.

Além disso, suspeita-se que ele tenha sido indicado para o cargo no Detran pelo contraventor.

Em depoimento à CPI, o delegado da Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues destacou a influência do grupo de Cachoeira em órgãos como o Detran, a Agetop (Agência Goiânia de Transportes e Obras) e secretarias do governo de Goiás.



Eunício Oliveira: Código Penal não está adaptado ao Brasil moderno

## Eunício: votação do novo Código Penal entrará na história

Eunício Oliveira (PMDB-CE) relatou o começo de “uma das tarefas mais importantes da história jurídica recente”, com a instalação da comissão especial que vai analisar o projeto do novo Código Penal (PLS 236/12). Eunício preside a comissão.

Segundo Eunício, o momento lembra a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, quando grupos de interesse compareciam ao Congresso para apresentar demandas e buscar direitos. Da mesma forma, disse, o Congresso tem agora o dever de equilibrar interesses.

Eunício afirmou que o atual código foi feito na época de um Brasil rural e que o Brasil urbano, plural, moderno e globalizado precisa ter leis adaptadas a essa realidade.

## STF autoriza comissão a liberar depoentes que ficarem em silêncio

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou ação dos deputados federais Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Rubens Bueno (PPS-PR) contra a decisão da CPI do Cachoeira de dispensar os depoentes que optam por ficar em silêncio para não se incriminarem.

O silêncio dos depoentes tem gerado polêmica. Enquanto alguns integrantes defendem a dispensa dos depoentes que não quiserem falar, outros consideram que pelo menos as perguntas dos integrantes da CPI deveriam ser feitas.

Em maio, durante o depoimento do principal investigado, Carlinhos Cachoeira, os parlamentares tentaram durante

horas obter respostas — até decidirem encerrar a reunião.

A decisão de dispensar os depoentes foi tomada pela CPI em julho, em deliberação colegiada.

Desde o início dos trabalhos da CPI, houve 28 depoimentos. Nove convocados prestaram depoimentos integrais, quatro falaram parcialmente e 15 ficaram em silêncio.

No pedido ao STF, apresentado em julho, os deputados argumentaram que a dispensa das testemunhas viola o exercício das prerrogativas inerentes ao exercício do mandato parlamentar e frustra o direito da minoria.

A expectativa dos integrantes

da CPI era que, ainda que a testemunha compareça à comissão munida de *habeas corpus*, não houvesse a dispensa.

Na decisão contrária aos



Vital do Rêgo diz que STF respeitou independência do Congresso

deputados, a ministra Rosa Weber diz não haver violação dos direitos dos parlamentares.

Para o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a decisão do Supremo mostra respeito ao Legislativo: — O STF respeitou uma posição colegiada e não quis interferir nos trabalhos da CPMI.

A medida tem caráter liminar. Por isso, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que poderá recorrer ao Supremo.

Randolfe afirmou concordar com a alegação dos colegas deputados de que a dispensa das testemunhas viola o exercício das prerrogativas inerentes ao exercício do mandato parlamentar.

## Simon: julgamento do mensalão é comparável às Diretas Já

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o julgamento do mensalão, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), será reconhecido como “um marco histórico no combate à impunidade no Brasil”.

Em sua avaliação, o país atravessa um momento de definição comparável ao da campanha das Diretas Já (1984), que marcou o fim do regime militar.

Ele cobrou mobilização pela

busca de “um caminho de ética, de moral e de seriedade”:

— O país da impunidade, do pessimismo, do jeitinho, vai encontrar um jeito e uma linha pela qual vai caminhar. O Supremo e a Ficha Limpa vão terminar com a impunidade.

O senador criticou a estratégia da defesa dos réus do mensalão, que argumentam que “é preferível o caixa-dois à formação de quadrilha”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Sarney: STF não tem falhado e conta com a confiança do país

Questionado sobre o julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, José Sarney, disse que os ministros da mais alta corte do país “têm cumprido com o seu dever”.

— Quanto menos nós do Poder Legislativo opinarmos sobre o trabalho da Justiça, será melhor para o próprio tribunal. Temos absoluta confiança. Entregamos a guarda da Constituição ao Supremo. Ele

tem cumprido sempre com o seu dever e nunca tem falhado ao país — avaliou o presidente do Senado.

Sarney considerou natural a grande repercussão do julgamento, em virtude da inclusão de políticos entre os réus.

— Acho que é um julgamento que tem uma repercussão muito grande porque envolve muitos políticos e muitas questões relacionadas à política — disse Sarney.



João Capiberibe: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança

## Capiberibe propõe fundo para a segurança pública

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, para ajudar a reduzir a violência urbana e rural. Ele informou que a criação está prevista na PEC 24/12, de sua autoria.

Segundo Capiberibe, o fundo transferirá dinheiro para os estados. Ele justifica a criação do fundo lembrando que os recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) têm sofrido decréscimo nos últimos dois anos.

— Com a criação do fundo, teremos a possibilidade de criar uma política nacional de segurança pública. Os estados serão os executores dessa política e os beneficiários dos recursos arrecadados pelo fundo.